

O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina¹

Carolina Russo Simon

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.

e-mail: carolinasimon.cs@gmail.com

Resumo

A proposta deste artigo é discutir a importância do protagonismo das mulheres na conformação da Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI), bem como a atuação atual indispensável dessas mulheres nos movimentos camponeses pertencentes à Via Campesina, analisando assim a emergência do que se denomina de feminismo camponês e popular. Para isso, com base em abordagens da pesquisa qualitativa, analiso documentos provenientes de congressos e assembleias dos movimentos transnacionais, mas principalmente, relatos orais de mulheres da Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) que apontam a necessidade de contar histórias dos movimentos pelo protagonismo das mulheres e do que essas lideranças denominam de Feminismo Camponês e Popular.

Palavras chave: UST-MNCI; Via campesina; feminismo camponês e popular; mulheres; pesquisa qualitativa.

The role of women in the Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI) and the emergence of a new conception of feminism in Via Campesina

Abstract

The purpose of this article is to discuss the importance of the role of women in the formation of the Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI), as well as the current indispensable role of these women in the peasant movements belonging to La Via Campesina, thus analyzing the emergence of what denominates camponesian and popular feminism. For this, based on qualitative research approaches, I analyze documents from congresses and assemblies of transnational movements, but mainly, oral reports from women of the Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI) that point to the need to tell stories of movements for the role of women and what these leaders call. Camponesian Popular Feminism.

Keywords: UST-MNCI; Via campesina; camponesian popular feminism; women; qualitative research.

El papel de la mujer en la Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI) y el surgimiento de una nueva concepción del feminismo en la Vía Campesina

Resumen

¹ Essa pesquisa foi desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

El propósito de este artículo es discutir la importancia del papel de las mujeres en la formación de la Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI), así como el papel indispensable actual de estas mujeres en los movimientos campesinos pertenecientes a La Vía Campesina, analizando así el surgimiento de lo que se denomina feminismo campesino y popular. Con este fin, basado en enfoques de investigación cualitativa, analizo documentos de congresos y asambleas de movimientos transnacionales, pero principalmente, informes orales de mujeres de la Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST / MNCI) que señalan la necesidad de contar historias de movimientos. por el protagonismo de las mujeres y lo que estos liderazgos llaman Feminismo Campesino y Popular.

Palabras clave: UST-MNCI; Vía campesina; feminismo campesino y popular; mujeres; investigación cualitativa.

Introdução

A proposta deste artigo é discutir a importância do protagonismo das mulheres na conformação da Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI), bem como a atuação indispensável das mulheres latinas nos movimentos camponeses pertencentes a La Via Campesina. Especialmente, são consideradas as mulheres que atuam na UST-MNCI, como movimento local mendocino; o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), como movimento nacional argentino; e a Coordinadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC), como rede de movimentos na América Latina e mundial pela Via Campesina. São as mulheres desses movimentos camponeses que, enfrentando diversas formas de opressão, fazem emergir uma nova concepção de feminismo, denominado por elas mesmas de “Feminismo Camponês e Popular”.

Para isso, parto de documentos provenientes de congressos e assembleias dos movimentos transnacionais, mas, principalmente, dos relatos orais das mulheres da UST/MNCI que expressam a necessidade de contar a história do movimento pelo protagonismo das mulheres. Afinal, foram essas lideranças de mulheres camponesas que reconheceram que, no sistema capitalista patriarcal branco, o alimento tem sido utilizado como um recurso de poder e não uma forma de se manter sadio.

A Via Campesina é uma materialização dos Movimentos Transnacionais (EDELMAN e BORRAS JR., 2016), tendo como principal característica a composição heterogênea, através das múltiplas identidades estruturadas em uma constituição fluída em busca de um propósito em comum, de uma luta em comum. Criada em 1993, atualmente é composta por 182 organizações/movimentos e está presente em 81 países. O objetivo principal da Via Campesina é construir um modelo de agricultura radicalmente diferente do

modelo de Agrohidronegocio² através de práticas contra hegemônicas como a Agroecologia e fundamentando-se no conceito de soberania alimentar³.

Por sua vez, a Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST) é uma organização de base popular que se encontra em duas províncias da Argentina, San Juan e Mendoza. Na Província de Mendoza a UST se encontra mais estruturada, por ser a província berço do seu nascimento. Sendo assim, encontra-se instalada em 08 departamentos, dos 18 departamentos da província de Mendoza - Lavalle, Las Heras, San Martín, Tupungato, Tunuyán, Malargüe, San Rafael e General Alvear.

O artigo foi dividido em três partes. A primeira parte trata especificamente sobre a metodologia utilizada na pesquisa, com enfoque na abordagem qualitativa. Já na segunda parte analiso a história da UST a partir dos relatos orais das mulheres, tendo em vista a consolidação de suas bases organizativas nos departamentos e suas relações com os movimentos transnacionais. Na terceira parte analiso as vivências cotidianas de opressão que as mulheres da UST/MNCI sofreram e ainda sofrem, assim como a emergência do que as próprias mulheres denominam de feminismo por dentro da Via Campesina, o Feminismo Camponês e Popular.

A necessidade de sensibilização e empatia para recuperação da memória coletiva

O trabalho de pesquisa que proporcionou os resultados apresentados nesse artigo foi de abordagem qualitativa tendo em vista que o fenômeno social estudado é, basicamente, de natureza discursiva – relatos orais e descrição de conteúdos extraídos de documentos escritos, cujo tratamento exige técnicas para as formas de representação que são, sobretudo, os próprios discursos coletados, a fim de tomar como representativo o que queremos expressar (TURRA NETO, 2010).

Ao eleger a pesquisa qualitativa também estou definindo uma postura- política- geográfica frente à construção de dados do “real”, pois:

No caso da Geografia, [as pesquisas qualitativas] tratam-se de pesquisas que tem seu foco no sujeito, mais do que nos espaços. São pesquisas que se perguntam pelas práticas espaciais, pelas formas de apropriação do espaço, pela territorialização e geograficidade de pessoas e grupos sociais (TURRA NETO, 2010, p. 2-3).

² Agrohidronegocio é modelo agrícola que conjuga o monopólio da terra e da água por grandes empresas capitalistas (THOMAZ JUNIOR, 2008)

³ A Via Campesina apresentou a proposta de soberania alimentar na II Conferência Internacional, em Tlaxcala, México, em 1996, onde focou seus esforços na discussão dos efeitos da crise global do capitalismo e sua relação com a oferta e a demanda de alimentos, pensando e pontuando criticamente a “questão da fome no mundo” (COCA 2016; BORRAS JR, 2008; WITTMAN 2011).

Assim, ao desenvolver uma pesquisa qualitativa de Geografia, especificamente de Geografia da Saúde, estou colocando no centro da discussão os relatos de vida que permeiam o processo de adoecer-morrer e sua relação com o espaço geográfico. Afinal, preciso compreender que a vida de cada pessoa que entrevistei é travada pela luta de vencer o sofrer para se manter viva!

Assim, ouvir a voz das sujeitas é trazer à luz os fenômenos sociais carregados de emoções, sentimentos e, principalmente, de sofrimento - verdadeiros encontros que envolvem o dito e não dito. Da mesma forma, o contato com o processo de viver-morrer das entrevistadas por meio de seus relatos orais, desencadeou em mim um processo de sofrimento de lidar com situações de extrema violência, o que fez com que eu mulher me reconhece nesse fenômeno, como participante do processo de pesquisa e não mera enunciadora do fenômeno.

Diferente da história de vida, que pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa e é, normalmente, determinada pela duração e localização dessas existências ao longo de uma vida (BORN, 2001); o relato oral desenvolvido no trabalho é utilizado para captar eventos específicos que a pesquisadora pretende focar. Por esse motivo, ele é geralmente é mais curto do que a história de vida e não tem perguntas fixas, como explica Harres (2008):

Em história oral, dificilmente trabalhamos com um quadro de perguntas fixas, isso porque o interesse é estimular o processo de memorização, o qual tem um fluxo próprio que inclui cadeias de associações reveladoras da lógica interna do depoimento. Recomenda-se não propriamente uma entrevista, mas uma conversa livre em que a pessoa é convidada a falar de um assunto de interesse comum (HARRES, 2008, p. 10).

Assim, se na história de vida a pesquisadora deve deixar a narradora falar, intervindo o mínimo possível, no relatório oral a pesquisadora é quem dirige a entrevista, da forma mais favorável a obter os dados que necessita. Dadas essas diferenças de abordagens, considere a história de vida processo de investigação como uma importante fonte de aproximação das mulheres camponesas, uma vez que estas são invisibilizadas e inaudíveis para a sociedade. Porém, apesar da pesquisa se desenhar nas premissas da história de vida, a realidade dos trabalhos de campo se mostrou adversa a essa metodologia, uma vez que nem sempre havia tempo hábil para construir as relações de confiança para que as sujeitas contassem suas vidas. Por causa dessas limitações, o relato oral foi à saída metodológica mais plausível.

Muitos relatos orais foram feitos em duplas, outros foram feitos individualmente. Alguns foram feitos em lugares silenciosos (como salas e quartos), outros foram feitos em quintais (com cabras e galos). Em alguns momentos as mães estavam com os filhos, na

rotina diária da economia do cuidado e, outras estavam sozinhas. Enfim, nem todos os relatos foram feitos nas mesmas condições, mas todos tiveram o mesmo propósito: de conhecer, compreender e comparar as histórias dessas mulheres dentro do movimento de luta camponesa, na província de Mendoza.

Desta forma, foram feitas as coletas de relatos orais, a partir dos quais a pesquisadora visou captar a memória individual das mulheres para compreensão do fenômeno social que circundava a vida delas, tendo em vista eventos específicos que dizem respeito à promoção da saúde. Partindo-se da liberdade das entrevistadas de contarem o que elas achavam importante, a pesquisadora também pôde intervir “no rumo da prosa”, a fim de alcançar os objetivos pretendidos com a pesquisa.

Foi utilizado um gravador em todas as entrevistas, visando facilitar as transcrições futuras e não perder detalhes pela falha da memória da pesquisadora. A transcrição dos depoimentos em espanhol foi feita por colegas da Geografia, sendo estas mulheres argentinas, e revisadas pela pesquisadora visando a análise minuciosa das falas e a veracidade do que foi gravado para o que foi transcrito.

É importante ressaltar que o número das participantes foi definido de acordo com o método de saturação, no qual as entrevistas se encerram somente quando os relatos começam a se tornar redundantes do ponto de vista dos conteúdos tratados na pesquisa. Os relatos foram agrupados pelo conteúdo das narrativas através da recuperação da memória das entrevistas, visando o ordenamento destes relatos em conjunto, afim de encontrar categorias discursivas, representando os contextos que tratassem da temática das concepções e práticas contra-hegemônicas de promoção da saúde camponesa. As categorias basilares foram: saúde, educação, feminismo, sementes crioulas, modos de produção camponesa.

No tocante à representação social, desloco a análise para um outro nível. Ela já não se centra no sujeito individual, mas nos fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social. Assim, o problema não está em abandonar o indivíduo, mas “o problema central é reconhecer que, ao analisar o social enquanto totalidade, onde o social envolve uma dinâmica diferente de um simples agregado de pessoas” (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 79).

Para enfrentar tais desafios, acredito que a sensibilidade em relação às diferenças socioculturais, ao contexto de vida destas mulheres, e principalmente as emoções expressas pelas mulheres em nossos encontros, foi a principal ferramenta frente às adversidades de realizar a pesquisa em outro país e, também, a dificuldade de realizar as análises comparadas das representações sociais que as camponesas estão inseridas como o fenômeno social totalizante.

Enfim, segundo Flick, “a pesquisa qualitativa se refere apenas ao emprego da técnica e da habilidade aos métodos, mas inclui uma atitude. Além da curiosidade, uma reflexão sobre o tema” (FLICK, 2009, p.36). Desta forma, a sensibilidade foi trabalhada para se tornar uma postura/atitude frente ao fenômeno social escolhido, pois “o verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro [...]” (MINAYO, 1994, p. 623), o que para mim, pode e deve ser entendido como processo de empatia.

Sim, foi necessária empatia em Mendoza! Foi necessário compreender o sofrer para poder utilizar o sofrer em potencial de mudança social, a partir dos relatos de vivências presentes na temática. A compreensão que a empatia era o motor da inquietude como pesquisadora, era o motivo da ansiedade que gerava o choro, o qual eu não precisava segurar durante as entrevistas, o choro como expressão do meu sofrer, nas diversas noites que tentava buscar formas de alcançar a equidade em uma sociedade produtora de iniquidades de classe, de gênero, de raça e de etnia.

É por isso que não foi por acaso que o silêncio começou a ser constante em relatos da Argentina. Com o aporte da obra “Formas do Silêncio” de Eni Puccineli Orlandi (2007), pude compreender que “o silêncio intervém como parte da relação do sujeito com o dizível, permitindo os múltiplos sentidos ao tornar possível ao sujeito a elaboração de sua relação com os outros sentidos” (p.89). Segundo a mesma autora; o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio o sentido é. De forma que, “o silêncio não está disponível à visibilidade não é diretamente observável. Ele passa pelas palavras. Não dura. Só é possível vislumbrá-lo de modo fugaz. Ele escorre por entre a trama das falas” (OLARDANDI, 2007, p. 32).

O silêncio faz parte do espaço de símbolos e simbologias. Ele faz parte do espaço potencial presente no ato da coleta de relatos, pois, como explica Sandra Jovchelovitch:

O espaço potencial é, portanto, o espaço dos símbolos. Símbolos pressupõem a capacidade de evocar presença apesar da ausência, já que sua característica fundamental é que eles significam uma outra coisa. [...] Através de símbolos, coisas diferentes podem significar umas às outras e podem mergulhar umas nas outras; eles permitem uma variabilidade infinita e, ainda assim, são referenciais. Assim, é da essência simbólica- da atividade do espaço potencial o reconhecimento de uma realidade compartilhada - realidade de outros (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 74).

A enunciação das mulheres não é o objeto em si do fenômeno social compreendido e aprendido nos relatos! Estar no “olho no olho” de uma mulher que conta sua vida é o que demanda a postura sensibilizante, pois tomada pelos sentimentos diversos, as mulheres choram, sorriem, dizem e não dizem em uma “dança” com o misto de emoções no qual os sentimentos se revelam como parte fundamental dos relatos. Ou seja, o “objeto de

pesquisa” está inserido na fala e nos silêncios como constructos um do outro, e que dentro da pesquisa qualitativa só se chega ao “objeto” a partir do que lhe é enunciado.

Ao escutar a vida da outra, e os sentimentos da outra, com uma postura sensibilizante, me envolvi! Eu, mulher, conseguia compreender o sofrer no sistema patriarcal capitalista e branco como sistema que oprime a elas e a mim. Foi necessário “no contexto, interpretar e interagir com objeto estudado e a adoção de postura teórico-metodológica para decifrar os fenômenos” (PESSÔA, 2012, p. 11) a partir dos quais a pesquisa qualitativa em ciências humanas, especificamente em Geografia da Saúde, coloca em voga as vivências como a falta ou com a presença de privilégios produzidos por uma sociedade desigual- produtora de iniquidades. Enfim, conhecer e reconhecer os privilégios enquanto pesquisadora foi essencial. Julgo essa a sensibilidade necessária no processo de pesquisa.

Muitas mulheres participaram dessa pesquisa, e a participação não era somente nos relatos orais aqui expostos, foram muitas ligações e mensagens via aplicativo *WhatsApp* para chegar até a coleta dos relatos orais das camponesas. Era notória a preocupação de outras pessoas para participar na pesquisa que fossem “orgânicas” no movimento, como forma de compreensão da história da UST a partir de suas falas. Porém, só pude perceber o número de mulheres que participaram e a importância dos movimentos de indicar mulheres nas análises posteriores de todos os campos. A UST tem a diretriz que toda pesquisa e/ou pesquisadora que pretende estudar o movimento tenha uma “tutora”, como especificado na fala abaixo:

“he sido parte de la organización y cada una de las personas que han venido a hacer tesis, ha habido un delegado de la organización que acompañaba el proceso, digamos, es una cuestión orgánica, entonces en ese sentido no es por si dice o no, o acuerdo o no con cosas que para nosotros, no sé, las bases de evaluación de enviar personas a nosotros y nosotros mostramos las luces y las sombras de nuestra construcción, son bienvenidas digamos los límites, sino no podríamos seguir caminando” (Entrevistada **MA**. 24/11/2018, Escuela de Agroecología Campesina- UST, La Valle, Mendoza).

No meu caso, foram duas companheiras que fazem parte da coordenação do coletivo de gênero. Esta foi uma atitude política do coletivo de gênero de me guiar para as entrevistas orgânicas e, principalmente, evidenciar a caminhada das mulheres na construção deste movimento, desenvolvendo na prática social uma nova concepção de feminismo - o que elas mesmas denominam de “Feminismo Camponês e Popular.

A UST nasce das mulheres

A Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra faz parte de um movimento mais amplo denominado de Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) (mapa 01). O MNCI

nasceu da profunda crise dos anos 2001 na Argentina, a partir dos problemas relacionados a despejos, precárias condições de trabalho e desemprego no campo, em diferentes províncias do país. Para fazer frente a essa situação, o MNCI estabeleceu como objetivo o nucleamento de camponeses e indígenas no processo de conflito territorial, contra o avanço do agronegócio e do projeto do país com base no neoliberalismo. Esse movimento também coloca em cheque o imaginário nacional no qual a Argentina não tem camponeses, postulando esse que nega a existência do sujeito social camponês (PINTO, 2013).

Segundo o áudio referenciado no trabalho de Lucas Henrique Pinto, um dos poucos trabalhos sobre a temática, o qual é intitulado “Conflictos ambientales y apropiación de territorios rurales em Brasil y Argentina, una análisis a partir de los actores sociales involucrados: estudio comparativo de la acción internacional de la Via Campesina” (2013), o 1º Congreso Nacional del MNCI, realizado em Buenos Aires em setembro de 2010, compreendeu a necessidade de junção do camponês e do indígena para realizar um enfrentamento das classes dominantes, principalmente o agronegócio, gerador da pobreza e da marginalidade social no país, como pode ser visto a baixo:

En nuestro país, desde los tiempos de la conquista las clases dominantes comenzaron a criminalizar al campesino y al indígena bajo una falsa idea de civilización y barbarie. Los sucesivos gobiernos fueron aplicando políticas bajo esa idea. La campaña del desierto, las dictaduras militares y el neoliberalismo de los noventa, han ido consolidando un estado que es funcional a los agronegocios que han intentado eliminar a la vida campesina indígena del territorio. Este proceso histórico ha configurado un modelo basado en el saqueo de los bienes naturales, permitiendo que las transnacionales extraigan las ganancias provocando altas tasas de contaminación y afectando también la salud humana y las fuentes de agua. El agronegocio se apropia del territorio campesino indígena, aumentando la pobreza y la marginalidad. Es un modelo que genera pobreza y hambre en un país que tiene todas las condiciones para alimentar a más de cuatrocientos millones de personas. Se ha concentrado desproporcionadamente gente en las ciudades, generando desequilibrios territoriales, con enormes gastos de energía, y masas campesinas que se transformaron en desocupados en las ciudades contrastando con millones de hectáreas de campos sin gente (MNCI, 2010 apud PINTO, 2013, p. 238).

Foram as mulheres que se viam imersas nos males da profunda crise que açoitava a Argentina, em 2001, e que chegava na província de Mendoza, se organizaram para se manterem vivas diante das dificuldades econômicas e sociais do país. Enquanto trabalhadoras rurais sem terra e *puesteras* (nome local para pequenas produtoras pecuárias), elas começaram a se reunir, com o objetivo de buscar soluções para os problemas da comunidade, onde o principal era a fome e, assim começaram a gerar formas de produção e comercialização de alimentos que pudesse melhorar a qualidade de vida delas e de suas famílias.

Mapa 01: Espacialização do Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI), por movimentos nas províncias de Argentina em 2019.



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN) - 2017; Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) - 2018.

A UST nasceu oficialmente em 2002, na província de Mendoza e, atualmente tem mais de 500 famílias de trabalhadoras (os) rurais. A UST se alto declara camponesa e indígena, pois está organizada “para construir uma sociedade que inclui todos”⁴. Apesar da UST-MNCI ter 17 anos de história, não se tem muitas referências bibliográficas sobre o MNCI e muito menos sobre a UST. Sendo assim, a partir dos relatos das mulheres, pude elaborar o Mapa 01, com a distribuição espacial do MNCI em escala nacional, para compreender quais movimentos provinciais se relacionam com a UST em Mendoza.

As mulheres que fundaram a UST, na província de Mendoza, são conhecidas como “Grupo de Luchadoras”. Este apelido dado às companheiras é muito representativo. Nos poucos trabalhos publicados sobre a UST não se menciona a importância da organização de mulheres- “*El Grupo de Luchadoras*”- que fazem parte fundamental do nascimento do movimento, bem como a viabilização da organização até os dias de hoje – fato que ficou evidente a partir das entrevistas que pude realizar com as mulheres do movimento.

Tive a oportunidade de conversar com algumas das *Luchadoras* e remontar a construção da UST pelas suas memórias, sofridas! Estas mulheres, que estavam imersas no desespero de manterem seus filhos e filhas vivos e sem fome na crise de 2001, começaram a colher as sobras das colheitas de peras, pêssegos e tomates das fazendas que não tinham trabalhadores suficientes. Foram as *Luchadoras* que perceberem a possibilidade de obtenção dessa matéria prima para a geração de renda, e se organizaram em suas casas para produzir molho de tomate e doces em potes para comercializar nas feiras locais. Foi dessa iniciativa das mulheres que surgiu a Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST) na Argentina.

Segundo o relato das próprias mulheres, a UST se organiza em torno da precarização do trabalho sofrida por elas, trabalhadoras rurais, que encontraram no movimento uma forma de se verem livres e mais saudáveis pela conquista da liberdade de produção (sem patrão!⁵) a partir do acesso à terra:

“La crisis afectan directamente a las mujeres fundamentalmente, porque son las mujeres las que siempre hemos estado garantizando un poco el sostenimiento de la vida de la familia, entonces recae mucho de eso ante alguna crisis y también sobre la vida de las mujeres. [...] lo mas concreto y cotidiano de todos los días, cualquier situación de esas en un estado de crisis las primeras afectadas son las mujeres. Si salís a trabajar, generalmente, donde hay problemas como los que estamos viviendo ahora de desocupación, las mujeres son las primeras mal pagas o las primeras desocupadas. En la zona rural, como esos trabajos son muy temporales a veces no se ve tan directamente, pero se nota cuando lo que tienes como economía familiar te alcanza para la mitad de las cosas, para comprar la mitad de las cosas, entonces nosotros lo vemos muy vinculado también a la

⁴ <https://campesinasdecuyo.wordpress.com/quienes-somos/>,

⁵ O lema da UST é: produzir para não ter patrão para um dia ter acesso à terra!

cuestión de género lo de salud" (Entrevista **M.** realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

Atualmente, de acordo com o que foi observado em campo, a UST tem uma grande estrutura, composta por duas fábricas, uma escola e uma rádio (mapa 2). Do ponto de vista de sua base territorial, essa organização atua a partir de 03 sedes (Oeste, Leste e Sul), cada uma com sua área de abrangência departamental.

A fábrica de San Martín tem 5 anos de existência. Neste espaço trabalham 05 mulheres, sendo estas assalariadas pelo próprio movimento. Já a fábrica de Laval, especificamente na localidade Jocoli, tem 10 anos e foi de onde o *Grupo de Luchadoras* começou articular o movimento. Nesta fábrica trabalham mais 08 mulheres na produção, além de funcionar o setor de comercialização dos produtos camponeses da UST.

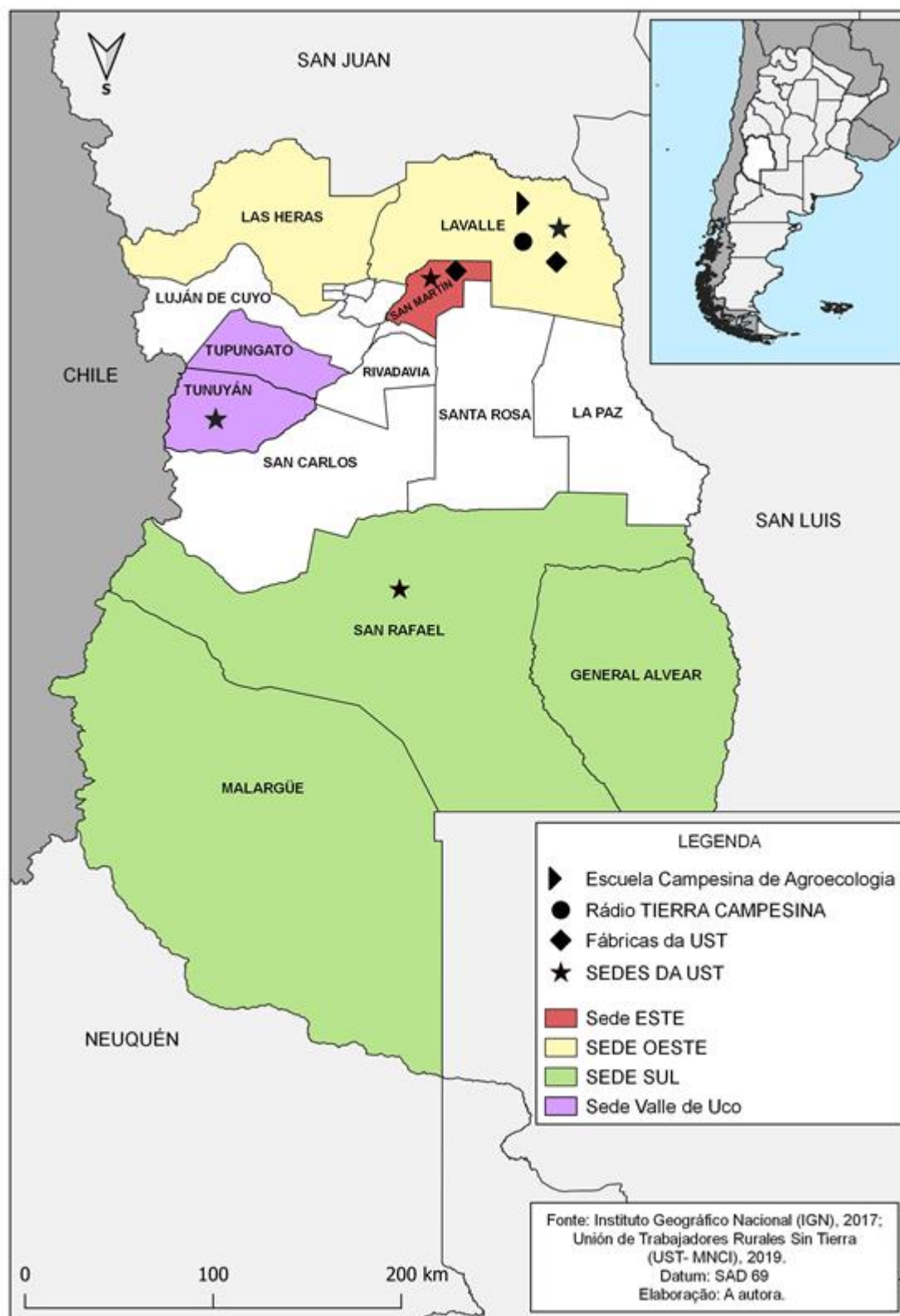
A fábrica também cumpre o papel de emancipação econômica para mulheres que sofrem e/ou sofreram violência doméstica. Nessas situações, essas mulheres trabalham dentro do próprio movimento, principalmente nas fábricas, onde recebem um salário fixo, como forma de se verem livres de pais e maridos violentos:

"la fábrica ha sido como un espacio de contención también a las mujeres, tenemos compañeras jovencitas con problemas de genero de parte de su padre o hermano, entonces la fábrica ha servido para que las compañeras como un espacio de contención y a la vez de, como te digo (...), pero también como un espacio de economía... porque es cobrar un sueldito y estas mejor, y dentro de todo la vas formando a las compañeras" (Entrevistada **ALI**, Mendoza-ARG, 2019).

As mercadorias produzidas pelas mulheres são comercializadas através de redes de comércio solidário, de economia popular e nas feiras locais que o movimento participa. Alguns dos produtos da UST/MNCI - como vinho, doces em potes e molho de tomate, bem como artesanatos produzido pelas mulheres são comercializados, (Foto 01) por meio de redes de economia popular articuladas pelo movimento nacional (MNCI) em distintas províncias da Argentina, como Buenos Aires, Rosário e Córdoba.

Enfim, a experiência da UST tem se caracterizado pela tentativa de agregar valor em uma cadeia de produção sob o controle camponês. Podemos perceber que as camponesas organizadas produzem e comercializam a preços acessíveis para consumo em massa, através de redes de economias solidárias.

Mapa 02: Espacialização da União de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) na provincia de Mendoza- Argentina, 2019.



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN), 2017; Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST).
Elaboração: Autora (2019).

Foto 01: Produtos da luta camponesa da UST/MNCI.



Fonte: Trabalho de Campo na Feira de Mendoza Capital, 18 de novembro de 2019.

Além da fábrica e do circuito de produção desenvolvido pelo movimento, com protagonismo das mulheres, as entrevistadas relatam que, nesses 17 anos de existência do movimento, elas tiveram outra grande conquista: a escola do movimento, “Escuela Campesina de Agroecologia- MNCI”:

“Acá en realidad, por ahora, tenemos dos experiencias, [...] Son territorios que se defendieron que eran de un compañero, de una familia, que había sido poseedor siempre, pero no tenía los papeles; entonces se logra hacer un juicio, pelear la posesión de esa tierra y después cuando se da la condición de ganar el tema jurídico, el compañero entrega una parte de esa tierra; la colectiviza” (Entrevista V. realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

O movimento apresenta, assim, uma Escola comprometida com os processos pedagógicos do campo e uma educação voltada para o campesinato, mas que também atende à sociedade mendocina em geral. Segundo os relatos orais de mulheres, a criação da escola foi resultado da luta de 35 comunidades de base do movimento e está diretamente ligada aos princípios pedagógicos da Via Campesina. O papel principal da escola é:

“[...] és concebir el derecho a la educación, entonces a un nivel y modalidad en el campo, donde uno vive, respetando su cultura, sus saberes populares, la agroecología, la producción; todo eso elementos es un componente fuerte en esta escuela, lo mismo que la alternancia que por ahí pueda representar

no es que, entiendo yo que, en los inicios pueda haber sido; pero tiene que ver más con lo de la educación vinculada a la vida” (Entrevista M. realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

A Escuela Campesina de Agroecología- MNCI também se configurou como uma porta de entrada para novos militantes, que ao frequentarem a escola se somaram à luta da UST. Como nos conta M., a escola se desenvolveu em etapas, visando romper as dificuldades de acesso à educação básica e superior para aquelas e aqueles que não tem acesso:

“[...] bueno acá se desarrollan distintos procesos no solo uno; bueno uno fue la escuela un secundario de adultos, como nivel básico; después comenzaban a egresar los estudiantes y surgía la necesidad de decir, bueno quiero acceder a la educación superior, que hoy en el campo es un límite, o sea hoy si te digo que el 10% accede a la educación superior es mucho. Por lo costoso, por más que haya una universidad pública, acá la distancia, las fotocopias, un montón de elementos que impiden que un muchos de jóvenes puedan acceder a la educación superior; entonces ahí creamos una carrera de nivel superior, en economía social y desarrollo local, que son 3 años. [...] iniciamos el primer profesorado de educación primaria para el campo, para las escuelas primarias del campo, ese finalizo antes de ayer y también hay un grupo bien grande, que también es a término, son 4 años, es muy lindo eso, porque hemos abarcado todas las prácticas de las escuelas de varios departamentos” (Entrevista M. realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

A Unión de trabajadores rurales Sin Tierra (UST-MNCI) também tem uma rádio camponesa, localizada em Jocoli: Radio Tierra Campesina - 89.1 FM (ver mapa 02). Com 09 anos de existência, essa rádio ajudou muito no processo organizativo por meio da vinculação de notícias do ponto de vista do próprio movimento, tendo um grande impacto no fortalecimento da luta e de sua proximidade com a comunidade local. Afinal,

“Cuando llegó la organización decían que veníamos a quitar tierras, o que acercarse a la organización era malo. Hoy, eso se ha legitimado la lucha, porque hay compañeros viviendo en la finca, tenemos una escuela, una radio que es de todos, tenemos una fábrica donde todo el mundo quiere trabajar, alguien tiene un problema; no sé hasta de violencia de género y se acerca a la organización a pedir ayuda” (Entrevista V. realizada em 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

Mas essas conquistas não teriam sido alcançadas se não representassem uma forma de resistência à inúmeras situações de violência vividas pelas mulheres do movimento, conforme demonstram as inúmeras entrevistas realizadas. Vejamos um exemplo:

“Yo creo que de todas las cosas que vos escribiste ahí te aseguro que la mayoría es violencia, violencia, violencia. Creo que cada caso que va capaz empezando a hablar de otra cosa y después va a saltar, quieras o no va a saltar” (Entrevista KA. realizada em 12/11/2018, sede sul da UST- Carmensa, Mendoza).

As entrevistas também trazem a questão fundamental dos filhos como motivadores para saírem das situações de violência e sofrimento, para se mudar a sociedade machista a qual elas estão inseridas. **KA.** relata que após uma separação, por violência, o seu filho é a sua motivação para lutar:

“Yo soy madre soltera, ya van 4 meses que me separé, desde ahí la estoy empezando a luchar sola con mi bebé. No tengo ayuda de nadie, solo de mi familia, y de la UST. [...] Cuando yo me separé, me dije:” porqué mi hijo tiene que pasar esto, si yo lo viví y no quiero que el lo pase también. No quiero seguir siendo golpeada, no quiero seguir siendo maltratada”. (Entrevista **KA.** realizada em 06/12/2018, sede sul da UST- Carmensa, Mendoza).

Em resposta à essas situações de violência, as mulheres da UST criaram o seu coletivo de gênero, dada a necessidade de se discutir como avançou as mulheres no enfrentamento das causas estruturais de discriminação das mulheres trabalhadoras seja no ambiente do trabalho ou no local de residência. Assim,

“[...] Un poco eso fue el nacimiento de la organización, mucha pobreza en lugares donde hay tierra improductiva que no se usa y entonces fue eso también la lucha, el decir : “Producir para no tener patrón, para un día tener nuestra tierra”. Eso tiene mucho que ver con la producción de alimentos y una lucha que no se termina más, no hay posibilidad de una buena vida o de un buen vivir si vos no podés acceder a alimentos sanos, si estás comprando alimento de mala calidad. Es así, que el poder producir nuestro propio alimento es como fundamental [...]”(Entrevistada **V.** 12/11/2018, sede oeste da UST- Jocoli, Mendoza).

Essa agenda feminista proporcionou a visibilidade da situação das mulheres camponesas, que não acessam as condições básicas para elas e para suas famílias. E foram essas mulheres que vincularam o trabalho, a terra, o gênero e a saúde, com o conceito de soberania alimentar.

A partir dos relatos orais, pode-se afirmar que o movimento compreende que o histórico de lutas se estrutura pelo sonho da mudança da sociedade, pautada nos princípios feministas socialistas de igualdade de gênero e fim da sociedade classistas e que, para se lograr com esta mudança societária será necessário criar espaços diferentes, como as fábricas, a escola e a rádio.

Da opressão do patriarcado à emergência de uma nova concepção de feminismo

“No hay posibilidad de una reforma agraria real, de un buen vivir si no trabajamos la cuestión de las violencias, que es enfrentar al patriarcado como base para el capitalismo también, siendo un desafío que en los últimos años la organización se ha propuesto más fuertemente, no sin resistencias” (Entrevistada **V.** Mendoza-ARG, 2018).

O patriarcado não é uma condição humana, é uma condição histórica. Para compreender este sistema de opressão de mais de 5.000 anos, temos de compreender qual é a base material que hoje sustenta o gênero masculino ter superioridade pelo feminino. A opressão patriarcal permanece e se articula com as conexões de outras opressões sociais. Por isso, as violências sofridas pelas mulheres do campo devem ser sempre analisadas em duplas, do capitalismo se apropriando do patriarcado como base do seu sistema de dominação-exploração, porque não bastaria uma interpretação centrada apenas no marxismo para dar conta da complexidade das relações desiguais entre os sexos, as divisões sexuais de trabalho, de poder e de codificação do prazer (CASTRO, 2000).

Não posso negar, perante os relatos, e também pela análise dos documentos oficiais, que as camponesas latinas tomaram consciência da classe e da condição de gênero e que a condição de dominadas triplamente, pela incorporação do racismo, demandam lutar contra o sistema patriarcal-racista-capitalista (SAFFIOTI, 1969). Afinal, a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos modelos do sistema capitalista reforça ainda mais as mulheres camponesas indígenas como alvos das crises. **M**, deixa isso bem claro quando afirma que:

"lo más concreto y cotidiano de todos los días, cualquier situación de esas en un estado de crisis las primeras afectadas son las mujeres"(Entrevistada **M**. Mendoza-ARG, 2018- tradução da autora).

A exploração de classe e opressão de gênero no campo estão intrinsicamente relacionados à necessidade de lutar pela emancipação feminina. Esta é uma constatação do próprio movimento mundial, de que se emancipar humanamente perpassa compreender o óbvio: que a emancipação deve ser tanto para os homens, quanto para as mulheres. Logo, as mulheres camponesas se dão conta que não podem utopizar um novo projeto de espaço sem considerar que a emancipação humana da sociedade, depende da necessidade de desbiologizar as desigualdades de sexos, sendo pensada como equidade de gênero e não somente a igualdade, pois ainda hoje, o patriarcado oprime as mulheres em diversas escalas.

As camponesas, ao contarem suas histórias para mim, pontuavam a pressão violenta do sistema patriarcal em suas vidas, desde a infância até a vida adulta. Dessa forma, as mulheres camponesas de diversas regiões do mundo, articuladas em rede pela Via Campesina, vislumbram a possibilidade de mudança pela constituição cotidiana do projeto de sociedade diferente do atual.

Sendo assim, evidenciou-se nessa pesquisa que o movimento feminista dentro da Via Campesina começa junto com seu nascimento, em 1993. Desde sua fundação, a Via

Campesina apresentava esmagadora maioria de lideranças mulheres (DESMARAIS, 2013), que se une à luta da Marcha Mundial das Mulheres. Por causa disso, vem contribuindo para a conquista de bandeiras feministas.

A importância das mulheres latinas nestas diretrizes feminista é algo inegável. Logo na I Assembleia Latino-americana de Mulheres, realizada antes da II conferência da CLOC, em Brasília no ano de 1997, foi aprovada a paridade de gênero na participação da organização, garantindo 50% de participação de mulheres em atividades de capacitação, seminários e eventos internacionais.

Em 2000, na III Conferência da Via Campesina, na Índia, 43% das delegadas eram mulheres. A organização na I Assembleia Internacional de Mulheres foi crucial para a aprovação de um documento sobre gênero e a institucionalização da paridade na comissão coordenadora da Via Campesina (DESMARAIS, 2013).

A II Assembleia de Mulheres, em 2003, teve um papel crucial na história da organização internacional, pois elas lançaram a “Campanha de Sementes, patrimônio da humanidade”. Reconhece também o papel crucial exercido pelas mulheres na preservação e melhoria de sementes crioulas.

Em 2006, especificamente no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, temos a expressão máxima deste processo feminista, com a ação liderada pelas mulheres do CLOC - La Vía Campesina - Brasil de destruir as mudas de eucalipto de uma empresa de celulose: Eucalipto da Aracruz.

Como reflexo destas ações anteriores, a Via Campesina lançou em 2008, a campanha “BASTA de Violência contra as Mulheres”. Combatendo a violência doméstica, como uma das principais formas de violação dos direitos humanos das mulheres, e colocando em pauta a saúde mental e a integridade física e patrimonial. As mulheres organizadas pontuaram a violência de classes e a violência gerada pela falta de terra e as faltas de condições para permanecer no campo, demonstrando assim, o por que esta violência de classe afeta mais intensamente as mulheres camponesas.

Sendo assim, essa a campanha visou e ainda visa demonstrar como as mulheres camponesas também precisam suportar a violência dentro de sua própria casa, na família e comunidade, e até mesmo nas organizações. Sem dúvida esta campanha tem um impacto enorme dentro e fora do movimento e tem se tornado uma das campanhas mais arriscadas e difíceis.

Dentro deste quadro histórico as mulheres latinas e caribenhas, pertencentes à Via Campesina, desenvolveram coletivamente o conceito de "Feminismo Camponês e Popular". Este conceito é muito presente no movimento argentino, pois, com a criação do conceito e estratégias de implementação destes nas escalas locais, se (re)criou a forma de

enfrentamento do chamado social-patriarcalismo e do machismo que atinge a vida das camponesas.

Tal conceito surge na IV Assembleia Latino-americana das Mulheres do Campo em 2010, em Quito-Ecuador, na qual foram aprofundadas as análises na perspectiva feminista dentro do Movimento Camponês, ao afirmar que "Sem feminismo, não há socialismo!". A declaração final resume: "[...] A proposta feminista contribuirá para definir as mudanças socialistas com as quais sonhamos, pois lutaremos até que as forças combinadas do capitalismo e do patriarcado façam parte do passado" (VIA CAMPESINA, 2010).

Enfim, a Via Campesina traz em seus documentos oficiais e também nos seus meios de comunicação (como o site: Viacampesina.org) que essa luta do feminismo camponês é uma luta contra o sistema capitalista: "Os homens não são nossos inimigos. Nossos inimigos são o capitalismo, o patriarcado e o racismo, e nosso feminismo camponês é essencial para lutar contra eles" (VIA CAMPESINA, 2010).

O projeto almejado pelo Feminismo Camponês e Popular se refere a uma sociedade livre do patriarcado e do capitalismo, pautando assim, uma sociedade construída pelo feminismo e pelo socialismo. Este feminismo foi analisado pela categoria trabalho, vinculando o feminismo camponês e popular à luta capital-trabalho, e também pela centralidade das discussões sobre poder, um projeto para a emancipação humana, tal como propôs Táboas (2018). Assim,

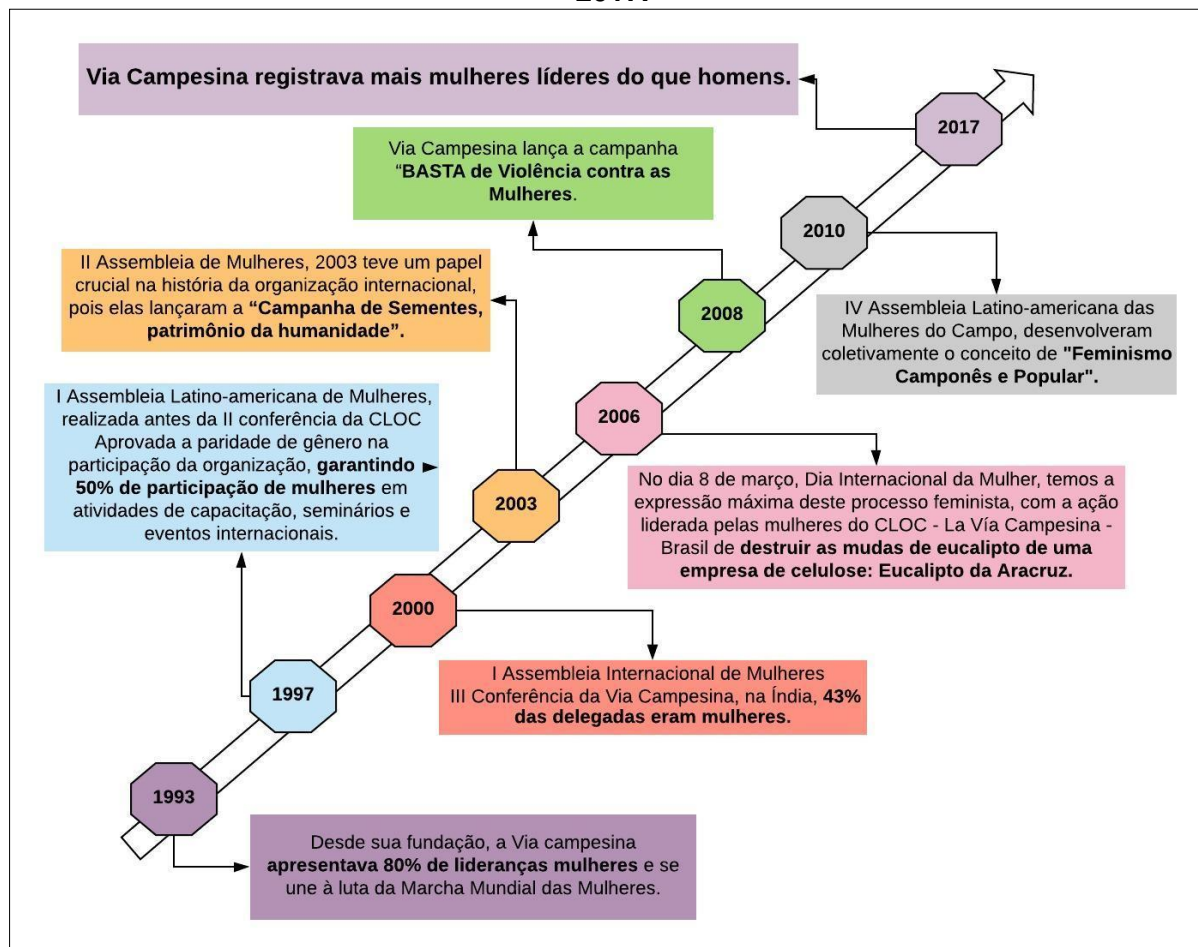
"O Feminismo Camponês Popular reflete fundamentalmente as práticas diárias de resistência a dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista protagonizadas por mulheres camponesas latino-americanas; é uma tarefa cotidiana, e como tal, tem seus princípios, táticas, estratégias e elaborações conhecidas por mulheres militantes". (TÁBOAS, 2018, p.124)

Assim, o Feminismo Camponês e Popular, criado pelas mulheres da CLOC, alcança o âmbito global pelo acúmulo de ações e práticas antipatriarcais, antiburguesas e antirracistas adotadas pela rede mundial campesina, desde o seu nascimento. Desse modo, a concepção feminista que está sendo construída na práxis, altera a vida social, econômica e política da classe trabalhadora do campo e, em particular, das mulheres trabalhadoras do campo na América Latina e Caribe.

Essa força das mulheres se evidenciou durante a VI Conferência da Via Campesina, realizada em 2013 na Indonésia. Nessa conferência, as mulheres pontuam com vigor a luta contra o neoliberalismo e o patriarcado, destacando como produtoras históricas da agricultura e da alimentação. Elas são as principais responsáveis pela produção nos países mais pobres a partir da defesa da biodiversidade locacional. Um reflexo da implementação deste conceito como bandeira de luta camponesa tem se refletido no bojo

das organizações político-regionais, onde a CLOC registrava em 2017 mais mulheres líderes do que homens.

Organograma 1: O Feminismo Camponês e Popular na Via campesina de 1993 até 2017.



Fonte: Adaptado de DESMARAIS, 2013; documentos oficiais da Via Campesina. Elaboração: a autora (2020).

Sendo assim, a construção de um feminismo, com uma perspectiva camponesa e popular, se dá a partir das vivências cotidianas de opressão, as quais podem ser vistas na fala a seguir:

“Feminismo. Yo, cómo te puedo decir. Yo estoy a favor [...], en el sentido de como mujer. Yo en el campo vi muchas cosas, vi cuando abusaban de una prima, vi muchas situaciones, mucha violencia y que ahora estén saltando las mujeres es bueno. Ahora están sabiendo que las mujeres tenemos una voz. Ya no tenemos la obligación de callar, cuando nos decían que nos quedaríamos calladas con una mirada. Ahora no, ahora una mujer agarra te contesta, se pone firme y si es posible sale adelante sola; ya no depende de alguien. Yo estoy a favor de eso, de que estamos haciéndonos escuchar. Y así mismo están pasando un montón de cosas. Pero sí...” (Entrevista KA. realizada em 06/12/2018, sede sul da UST- Carmensa, Mendoza).

Outro marco importante de atuação das mulheres na valorização da questão da soberania alimentar é a problemática de prover alimentos saudáveis a partir de sementes crioulas. O papel histórico das mulheres como guardiãs das sementes tem o marco referencial na II Assembleia Internacional de Mulheres do Campo da Via Campesina, realizada no Brasil, na cidade São Paulo, em junho de 2004. Nesta oportunidade as mulheres levantaram uma das principais bandeiras do movimento internacional. Elas lançaram a “Campanha de Sementes, patrimônio dos povos”. Reconhecendo assim, o papel crucial exercido pelas mulheres desde o começo da humanidade de guardar, preservar e melhorar as sementes crioulas.

Las mujeres del campo, como protagonistas en la construcción de otro mundo posible, nos proponemos defender, fortalecer y ampliar nuestras organizaciones y movimientos, continuar luchando contra el modelo neoliberal; contra el libre comercio; por la soberanía alimentaria; por la tierra y territorio, por reformas agrarias integrales; por la defensa de nuestras semillas como patrimonio de los pueblos; por la soberanía económica de las mujeres y la igualdad de género, y por la soberanía de nuestros pueblos (VIA CAMPESINA, 2004, s/p).

São as mulheres que pontuam a saúde como meta a ser alcançada por uma sociedade socialista e feminista camponesa e popular:

“[...] sino también, entendiendo ese concepto de salud desde el estar bien, de poder tener una vida sana en todo su dimensión, que pases eso nosotros decimos:” bueno necesitamos el acceso a la tierra y al agua para poder producir alimentos sanos” (Entrevistada V. 12/11/2018, sede oeste da UST-Jocoli, Mendoza -grifos da autora).

As mulheres da UST/MNCI têm a intenção que as sementes representem a cultura da resistência, e então batizaram a diretriz das sementes crioulas como as “Semillas en Movimiento”, como nos contou MA. Elas também reforçam que a preservação das sementes vem de diretrizes da rede internacional:

“[...] en realidad como todo nace es parte del concepto que hemos construido como Vía campesina, esa disputa de dos modelos de concebir la agricultura y bueno parte del modelo de la agricultura campesina tiene que ver con la recuperación de las semillas, sí, para nosotros la semilla es vida, es cultura, es multiplicación, es continuidad y entonces en ese sentido la escuela para nosotros es también un espacio de pertenencia y bien como te decía recién, de construir conciencia crítica [...]” (Entrevistada D. 24/11/2018, Escuela de Agroecología Campesina- UST, La Valle, Mendoza).

Na Argentina a questão das sementes não apresenta a mesma articulação que temos no Brasil. Porém, o movimento argentino, através das falas das mulheres

participantes da pesquisa, demonstram que o ato de guardar sementes está sendo iniciada e também associado à promoção da saúde. A Escuela Campesina de Agroecologia apresenta uma casa de sementes, porém elas pontuam que as sementes não estão necessariamente em um lugar em específico, e sim, nas casas das próprias militantes.

Considerações finais

Este artigo tinha como proposta principal demonstrar o protagonismo das mulheres dentro da conformação da Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST) e da Via Campesina. Para tal, me debrucei sobre os relatos orais, provenientes da pesquisa qualitativa, onde pude concluir que: os resultados obtidos foram provenientes de uma atitude política de sensibilização e empatia no processo de produção desta pesquisa.

Sendo assim, remontei a criação da UST pelas próprias mulheres do movimento. A organização nasceu em 2001 e se organizou em torno da precarização do trabalho sofrida principalmente pelas mulheres, trabalhadoras rurais, que encontram no movimento uma forma de se verem livres e mais saudáveis pela conquista da liberdade de produção (sem patrão!) para acesso a terra e assim, para produção de modos de vida diferentes do que elas viviam. Pudemos evidenciar que o coletivo de gênero surgiu em 2012, como uma reflexão das próprias mulheres depois de 10 anos da UST, onde elas evidenciaram que o movimento se estruturou pelo sonho da mudança da sociedade, almejado pelas mulheres, “*El Grupo de Luchadoras*”, que pontuaram e, ainda pontuam, a reforma agrária como uma ferramenta de luta para se alcançar a esta sociedade, pautada nos princípios feministas socialistas de igualdade de gênero e fim da sociedade classista e racista.

Pudemos concluir que a luta das mulheres está presente em todas as escalas, do local, nacional, regional e mundial. Se consolidando desde a UST enquanto movimento regional de Mendoza, chegando a Via Campesina, pois o movimento feminista dentro da Via Campesina começa junto com seu nascimento, em 1993, já o Feminismo Camponês e Popular, criado pelas mulheres da CLOC chega âmbito global pela incorporação deste na rede mundial em 2010. Concluímos assim que, a concepção feminista que está sendo construída na práxis, em diversas escalas de luta, altera a vida social, econômica e política da classe trabalhadora do campo e, em particular, das mulheres trabalhadoras do campo na Argentina, na América Latina e no Mundo.

Referências

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, v. 3, n. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n5/n5a11.pdf> > Acesso em julho de 2017.

BORRAS JR, Saturnino; EDELMAN, Marc. La Vía Campesina and its global campaign for agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 8, n. 2-3, p. 258-289, 2008. Disponível em < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1471-0366.2008.00170.x>> Acesso em 19 dez.2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, v. 19, n. 32, p. 14-33, 2016. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Estevan_Leopoldo_De_Freitas_Coca/publication/310461314_20_anos_da_proposta_de_soberania_alimentar_construindo_um_regime_alimentar_alternativo/links/582e4bfc08ae138f1c01d9d6.pdf> Acesso em: 21 dez. 2018.

DESMARAIS, Annette Aurelie. **A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DOMÍNGUEZ, Diego. Recampesinización en la Argentina del siglo XXI. **Psicoperspectivas**, v. 11, n. 1, p. 134-157, 2012.

EDELMAN, Marc; BORRAS JR, Saturnino. **Political dynamics of transnational agrarian movements**. Rugby: Practical Action Publishing, 2016.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HARRES, M. M. História Oral: algumas questões básicas. **Revista Anos 90**, v. 15, n.28, p. 99-112, 2008

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. **Textos em representações sociais**, v. 5, p. 63-85, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Editora da UNICAMP, 2007.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, v. 1, n. 23, p. 4-18, 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682>>. Acesso em fevereiro 2017.

PINTO, Lucas Henrique. **Conflictos ambientales y apropiación de territorios rurales en Brasil y Argentina, un análisis a partir de los actores sociales involucrados: estudio comparativo de la acción internacional de La Vía Campesina**. Bernal, 2013. Tese (Doutorado em Ciencias Sociales Y Humanas) - Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Quatro Artes, 1969.

TABOAS, Ísis Menezes. **É LUTA! Feminismo Camponês Popular e Enfrentamento à Violência**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2018, 186 pp.

THOMAZ JÚNIOR Antonio. Por uma “cruzada” contra a fome e o agrohídronegócio—nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 9, n. 1, p. 08-34, 2008. Disponível em < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1637>>. Acesso em abril de 2017.

TURRA NETO, Nécio. **Pesquisa qualitativa em Geografia**. XVII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), 22-28 de julho de 2010, Belo Horizonte. Anais...: Belo Horizonte, p. 01-12, 2010.

VIA CAMPESINA. **Comprender lo feminismo en la lucha campesina**. Via Campesina, 2017. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/comprender-feminismo-la-lucha-campesina/>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

VIA CAMPESINA. **Declaración de la II ASAMBLEA INTERNACIONAL DE MUJERES RURALES**. São Paulo, 12 y 13 de junho de 2004. Disponível em <https://viacampesina.org/es/declaracion-la-ii-asamblea-internacional-de-mujeres-rurales/>. Acesso em: 03 fev 2019.

VIA CAMPESINA. **Tlaxcala: Declaracion de La Via Campesina**. Via Campesina, 1996. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/>. Acesso em Janeiro de 2018.

WITTMAN, Hannah. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? **Environment and Society**, v. 2, n. 1, p. 87-105, 2011. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/233698051_Food_Sovereignty_A_New_Rights_Framework_for_Food_and_Nature> Acesso em: set. 2018.

Sobre a autora

Carolina Russo Simon – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-5875-580X>

Como citar este artigo

SIMON, Carolina Russo. O protagonismo das mulheres na Unión de Trabajadores Rurales Sin Tierra (UST/MNCI) e a emergência de uma nova concepção de feminismo na Via Campesina. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 193-2015, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 09 de agosto de 2019.
Devolvido para a revisão em 31 de janeiro de 2020.
Aceito para a publicação em 05 de março de 2019.
